

O Microcosmos da Teocracia na Antiga Babilónia

A multiplicidade de funções foi a base de uma forte hierarquização e estratificação sócio-funcional. Os rendimentos gerados pela actividade de culto, como as prebendas, alimentavam a proliferação de cargos e de novos indivíduos ligados à estrutura do santuário. Em conjunto com a acumulação de terras e rebanhos, a estratificação funcional constituiu um aspecto que tornou os templos mesopotâmicos organizações marcantes na vida económica e social ao longo dos vários períodos históricos.

António Ramos dos Santos

Instituto Oriental da Universidade de Lisboa

No seguimento dos nossos anteriores trabalhos¹ iremos no presente texto abordar o problema da estratificação social e funcional no seio dos templos mesopotâmicos. Pretendemos demonstrar que existia uma multiplicidade de funções a que correspondiam múltiplos cargos. A organização social dos santuários era complexa mas historicamente rica.

Os templos mesopotâmicos ao longo dos vários períodos da sua história possuíam actividades diversas que podemos considerar como: a função sacerdotal, a função doméstica e a função administrativa. Tal como a sociedade, as suas instituições estavam socialmente estratificadas. Tendo como origem os fenómenos de diferenciação e de valorização social, a estratificação social é fundamental para um melhor e mais profundo conhecimento das sociedades humanas em qualquer época.

Toda a estratificação social depende do universo dos juízos de valor da sociedade, sendo a função social valorizada «segundo as circunstâncias duráveis em que vivem as sociedades»².

Parecendo evidente que, nas sociedades do Próximo Oriente Antigo, o espírito e a morte eram preocupações

¹Ver ANTÓNIO RAMOS DOSSANTOS, «Um lugar de encontro entre o homem e os deuses», in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, Ano II-2003, n. 3/4, pp. 189-196 e ANTÓNIO RAMOS DOSSANTOS, «O templo mesopotâmico como factor socioeconómico», in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano II-2004, nn. 5/6, 177-190.

²Ver ROLAND MOUSNIER, *As Hierarquias Sociais*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, s.d., p.7.

manifestas, diremos que «se os membros da sociedade julgam a vida depois da morte mais importante que a sua vida actual e as relações com os seres invisíveis, as almas, os demónios, os anjos, os deuses ou Deus, mais vitais que os processos materiais, então a função religiosa do sacerdote torna-se a principal»³.

Se o estatuto social, ou seja, a dignidade, posição e privilégios, sujeições etc., dominam a tipologia da estratificação nessas sociedades, estaremos então perante uma estratificação em Ordens. Contudo, tal formulação está demasiado identificada com as sociedades europeias das Idades Média e Moderna.

Outras designações aparecem relacionadas com a situação geotemporal que estudamos⁴.

A base da economia das estruturas imperiais destas sociedades foi a apropriação das terras cultiváveis por parte do «Estado» teocrático e o desenvolvimento de sistemas administrativos complexos para controlar a força de trabalho. O expansionismo dessas sociedades destinava-se a atender os desígnios de riqueza e de prestígio de um estrato funcionalmente diferenciado.

O luxo da camada dominante advinha do excedente das apropriações e constituía a forma de ressarcimento aos nobres, sacerdotes, chefes militares e burocratas pelos serviços prestados como encarregados do exercício de funções sociais explicitamente definidas como contribuições à manutenção da totalidade do sistema.

O alto grau de integração das suas culturas e a centralização das instituições sócio-políticas assegurava uma forte coesão social e uma solidariedade orgânica⁵.

Também os sociólogos tentaram caracterizar o período abrangido pelo nosso estudo. George Gurvitch falava de teocracias carismáticas, tipo de sociedade global onde o autor incluía a Babilónia, a Assíria e o Reino Hitita, entre outros⁶.

Uma hierarquia dos agrupamentos tinha lugar, explicitada na predominância do «Estado» com base territorial, unificado com a «Igreja» e com as confrarias mágicas oficiais, sobre todos os outros agrupamentos.

Nalguns casos, tal predominância, garantida pelo carisma do rei-sacerdote – mágico deus vivo supremo, exclui a existência de uma «Igreja» separada e de sacerdotes propriamente ditos, outras vezes, pelo contrário, combina-se com o funcionamento de uma casta sacerdotal, incorporada em princípio no Estado e posta ao seu serviço. Tal é a definição da primeira característica da estrutura teocrático-carismática.

Seguem-se no conjunto das características, a combinação das manifestações da sociabilidade; a acentuação dos níveis em profundidade; a escala dos modos de divisão do trabalho e da acumulação; o sistema de obras civilizacionais e a escala das temporalidades⁷.

³Ver *ibid.*, pp., 7-8.

⁴O antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro propõe a designação de «Impérios Teocráticos de Regadio». Cf. DARCY RIBEIRO, *O Processo Civilizatório*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1981, p. 99: «No plano sócio-político, esta nova formação caracterizou-se pelo poderio alcançado pela organização estatal, grandemente centralizada e poderosamente integradora de todas as forças de compulsão social, o que não ensejava qualquer oposição de interesses que lhe fosse inibitória. Tal concentração de forças foi atingida pela unificação, dentro de uma mesma entidade, dos controles políticos e militares, bem como da capacidade reguladora e integradora da religião, e, ainda pela monopolização das actividades produtivas e comerciais.»

⁵Ver *ibid.*, pp. 101-104. Cf. W.D. BLAWATSKY, «El mundo Antiguo y el Antiguo Oriente», em *Estado y Clases en las Sociedades Antiguas*, Madrid, Akal Editores, 1982, p. 60.

⁶Cf. GEORGE GURVITCH, *A Vocaçao Actual da Sociologia*, ed. Cosmos, Lisboa, 1979, vol. I, p. 514.

⁷Ver *ibid.*, pp. 517-524.

Cargos e funções nos templos

Mas voltemos à história, onde a problemática do pessoal, clerical ou não, ascende por vezes, a épocas bastante remotas ao tentarmos decifrar as proveniências dos termos designativos⁸.

O conhecimento destas matérias não nos permite preencher a totalidade dos cargos existentes. A enumeração das funções tem por base documentos provenientes dos arquivos das instituições religiosas e visa apenas dar uma ideia da multiplicidade de cargos e de funções aí existentes.

A sua estruturalização torna difícil a delimitação de sectores precisos, mesmo para épocas bastante anteriores à da I dinastia babilónica⁹.

Na Suméria, para administrarem os terrenos arrendados, os templos necessitavam de um complexo aparelho administrativo, onde se distinguem uma série de categorias de dignitários e de empregados que se preocupavam com os trabalhos agrícolas¹⁰.

No topo destes empregados encontra-se o intendente geral – *nubanda*, ou por vezes, o *agrig* – que se ocupava das construções, especialmente das instalações hidráulicas e da administração dos bens.

Encontramos, depois, os capatazes e os órgãos executivos, que tinham como missão recolher os impostos – *maškim* e *ugula* – assim como proceder a trabalhos de construção.

Como capataz para os trabalhos agrícolas encontramos o *uku.uš*, que se elegia entre os militares de baixa patente¹¹.

A actividade burocrática usual estava a cargo dos escribas – *dubsar*, entre os quais se podiam ainda distinguir categorias distintas entre si.

O templo empregava um grande número de artesãos: arquitectos, pedreiros, carpinteiros, ourives, padeiros, cervejeiros, entre outros.

Os empregados do templo denominados *guruš*, que em princípio eram livres, passaram a formar parte da «classe dos escravos», destino igual ao de outra categoria de servidores, os *igi-nu-dug*. Existiam também os *šublugal* que eram mais numerosos¹².

O pessoal do templo não possuía autonomia na Suméria. Os seus membros dependiam da administração do santuário. Somente nos inícios do período pré-Sargónico, durante o qual os terrenos do templo pertenciam todavia à comunidade rural e eram explorados pelos seus membros, nesta época a autonomia da comunidade ter-se-á alargado também a esse pessoal¹³.

⁸ Em relação ao pessoal ligado aos templos ver: A.R. GEORGE, *House Most High. The Temples of Ancient Mesopotamia*, Winona Lake, Indiana, Eisenbrauns, 1993; KAZUKO WATANABE, *Priests and Officials in the Ancient Near East*, Heidelberg, UniversitätsVerlag C. Winter, 1999 e RONALD H. SACK, *Cuneiform Documents from the Chaldean and Persian Periods*, Cranbury, Associated University Presses, 1994.

⁹ Cf. HENRI LIMET, «Le rôle du Palais dans l'économie néo-summérienne» em *OLA 5*, Leuven, Departement Orientalistiek, 1979, p. 245.

¹⁰ Em relação à organização das actividades agrícolas de um templo, ver: MICHAEL JURSA, *Die Landwirtschaft in Sippar in Neubabylonischer Zeit*, Archive für Orientforschung, Beiheft 25, 1995.

¹¹ Cf. JOSEF KLÍMA, *Sociedad y Cultura en la Antigua Mesopotamia*, Madrid, Akal Editor, 1983, p. 98: «El título de *ensi* da a entender que en un principio el detentador del poder gubernamental era también la cabeza de la clase sacerdotal del templo.»

¹² Cf. *ibid.*, p. 99. Ver JEAN-JACQUES GLASSNER, *La Chute d'Akkadé (l'événement et sa mémoire)*, Berlin, Dietrich Reimer Verlag, 1986, pp. 21-22.

¹³ Ver JOSEF KLÍMA, *o.c.*, p. 99.

Uma redistribuição da terra, comportando uma mutação do sistema, teria tido início nos finais do período da terceira dinastia de Ur e influenciou os períodos babilónicos subsequentes¹⁴.

Por seu turno, em Babilónia, no reinado de Hammurabi, tentou-se a subordinação do pessoal do templo ao controlo da administração régia¹⁵. Tal facto não significa que a instituição que era o templo se tenha diluído na instituição que era o palácio. Os templos mantinham o carácter de senhorios e os sacerdotes permaneceram uma casta numerosa e hierarquizada, em cujo topo se encontrava o sumo sacerdote seguido do oficial principal nas cerimónias sagradas o *urigallu*¹⁶.

A multiplicidade de funções propagava-se a cada nível «sócio-profissional», os escribas, por exemplo, que se preparavam em escolas do templo, diversificavam, também, as suas especialidades: – escribas médicos, escribas sacerdotes, escribas do templo, etc.¹⁷.

A riqueza afluía das formas mais variadas tornando o templo lugar de grande acumulação de riqueza¹⁸.

O intermediário do comércio entre cidades era originalmente um funcionário do templo ou do palácio – o *tamkârum*, expresso pelo sumerograma DAM.GÂR.¹⁹

A actividade destes mercadores está enquadrada juridicamente no «Código de Hammurabi». Deste modo se vigiava um elemento do sector económico que se tornava influente e mais importante, a cada dia que passava. Os parágrafos que lhe dizem respeito regulam os direitos e deveres do *tamkârum*²⁰.

Centro económico privilegiado, o templo mantém esse privilégio em termos culturais. A estratificação e hierarquização são patentes, embora as clivagens locais e temporais sejam difíceis de estabelecer. Podemos dizer que «o povo jamais penetra no templo, e as relações com o deus apenas podem ter lugar mediante a intervenção dos sacerdotes, o que confere a esta religião um aspecto hierático pouco favorável à piedade pessoal ou ao misticismo do fiel»²¹.

De um ponto de vista interno, os sacerdotes mesopotâmicos formavam um grupo social coeso e ordenado hierarquicamente. Habitavam quer no templo quer nas suas imediações.

¹⁴ Ver *ibid.*, p.243. Neste sentido vai também a análise de Diakonoff, Cf. I.M. DIAKONOFF, «Principales Rasgos Economicos de las Monarquias del Proximo Oriente Antiguo» em *Estado y Clases en las Sociedades Antiguas*, Madrid, Akal Editores, 1982, p. 32.

¹⁵ Ver JACK GOODY, *A Lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Ed. 70, 1987, p. 76.

¹⁶ Ver MÁRIO CURTIS GIORDANI, *História da Antuquidade Oriental*, Petrópolis, Vozes, 1983, p. 148.

¹⁷ Ver *ibid.*, p. 149.

¹⁸ Cf. C.J.GADD, «Hammurabi and the end of his Dynasty» em *The Cambridge Ancient History*, Cambridge, University Press, Vol.II, 1965, p.20.

¹⁹ Cf. E. BOUZON, *As Leis de Eshmunna (1825-1787 a.C.)*, Petrópolis, Vozes, 1981, p. 45. O autor refere-se também aos «mercadores», na página 39 da sua obra acerca da correspondência de Hammurabi, onde após definir as funções remete para alguma correspondência do monarca respeitante aos mercadores. Ver E. BOUZON, *As Cartas de Hammurabi*, Petrópolis, Vozes, 1986.

²⁰ Ver os parágrafos 49-51;107 e L-R. Cf. E. BOUZON, *O Código de Hammurabi*, Petrópolis, Vozes, 1980, pp. 41, 49, 50-54. Cf. KARL POLANYI, «Intercambio sin mercado en tiempos de Hammurabi» em *Comercio y Mercados en los Imperios Antiguos*, Barcelona Labor, 1976, p. 3: «La clave de las funciones del Tamkarum reside en los métodos y la comprensión de dichos métodos está en la profesión del tamkarum. Su figura y función son sui generis. Sus tareas principales son las de un fideicomisario público.» Leo Oppenheim parece num pequeno artigo apontar para a ligação entre o tipo de consumo das organizações senhoriais, templo e palácio, e a existência dos comerciantes. Cf. A. L. OPPENHEIM, «Comentario», em *Estado y Clases en las Sociedades Antiguas*, Madrid, Akal Editores, 1982, p. 45.

²¹ Ver PAUL PÉTIT, *O Mundo Antigo*, Lisboa, Edições Ática, 1976, p. 24.

Entre estes existiam níveis, associados a diversas prebendas. À cabeça encontrava-se o *en*, ou seja, o «senhor», cuja entronização constituía, por vezes, um acontecimento de tal importância que servia para datar a época.

No seu templo o *en* era o máximo suplicante e portador de oferendas²². De dignidade inferior encontramos ainda o *sangamakh* na mesma tarefa. O *urigallu*, igualmente um sacerdote, que em alguns templos sumérios ocupava o lugar imediato ao do sumo sacerdote, adquiriu uma importância acentuada.

Desde a época de Hammurabi que se podem encontrar um tipo de novos dignitários do templo os *êrib bîti*, ou seja, «os que entram na casa» (do deus subentende-se), e que podiam penetrar em recintos não acessíveis à população comum. Estes eram portadores das estátuas divinas aquando das procissões, controlando a economia e informando o rei de diversos assuntos respeitantes ao templo²³.

Tendo Hammurabi estendido o seu domínio para o Sul, é fácil supôr que aí o clero foi reorganizado, conforme o modelo já existente a Norte²⁴.

Mas ligado a todo este processo hierárquico está também o fenómeno da acumulação de funções. Para os períodos de Ur III e babilónico antigo a forma mais frequente aparece em documentos que tratam da transmissão de benefícios relacionados com templos.

Aí estão geralmente interligadas as funções do *gudu₄* e do *buršuma*²⁵, ou os cargos não sacerdotais de *muḫaldim* «cozinheiro», «fabricante de cerveja», *ugula-é* «administrador do templo», *i-du₈* «porteiro» e *kisal-luḫ*, «limpador do pátio». Nos templos menores ou capelas uma única pessoa ocupava-se de todas as tarefas necessárias à realização do culto. Em templos maiores como o Ekur de Nippur, apenas uma pessoa se ocupava das tarefas de um sacerdote *gudu₄* nas capelas de várias divindades. É ainda de referir que, em Nippur, um *nu-èš* de Enlil era simultaneamente *ugula-èš/šabra* de Inanna²⁶.

Onde passa a clivagem entre o pessoal, saber quais os que eram sacerdotes e os que o não eram. Esta é uma questão que se torna no caso dos templos babilónicos sem sentido.

Na concepção bíblica do templo, a pedra de toque de uma tal delimitação é bastante simples: existia um espaço que no templo era apenas acessível aos sacerdotes. Mas, nos templos mesopotâmicos essa área não existia, e verifica-se que não existia em acádio uma palavra que expresse a noção de «sacerdote»²⁷.

O clero dos templos babilónicos estava então organizado de acordo com outros critérios. Uma abordagem de um ponto de vista tripartido distingue assim: o pessoal cultural, administrativo e doméstico, permite apreender tal realidade²⁸.

²² A palavra suméria para designar os sacerdotes era *sanga*, em acádio *šangu*, segundo JOSEF KLÍMA, *o.c.*, p. 173.

²³ Nos templos assírios, tais dignitários denominavam-se *ummanu*. Cf. *ibidem*. Ver GEORGE ROUX, *La Mésopotamie*, Paris, SEUIL, 1985, p. 190.

²⁴ Contudo, o quadro é bastante incompleto, não só o topo da hierarquia não é coincidente, como o *šita* da estrutura central ou o *nu-èš* do estatuto mais baixo, aparecem muito raramente tal como os *gudu₄-abzu*, *gudu₄* e *šuzbu*.

²⁵ Somente em Nippur.

²⁶ Neste caso, a sequência de categorias das funções está em razão inversa das duas divindades em questão. Situação idêntica parece existir no *gudu₄-abzu* de Nanna e do *šita* de Ningal em Ur. Ver *ibid.*, p. 114.

²⁷ Cf. DOMINIQUE CHARPIN, *Le Clergé d'Ur au Siècle de Hammurabi (XIX-XVIII Siècles AV. J.-C.)*, Paris, Droz, 1986, pp. 233-234.

²⁸ Cf. GEORGE ROUX, *o.c.*, p. 190.

Desde logo, dois estatutos diferentes, de facto opostos: o dos «sacerdotes» e o dos possuidores de prebendas. Seguindo um estudo para o templo de Ninurta em Nippur, dever-se-à juntar às categorias administrativa e pessoal de culto, uma terceira respeitante ao pessoal doméstico²⁹.

A partir de um documento relativo à distribuição de pão por ocasião de uma festa onde a totalidade do pessoal pertence ao templo de Nanna em Ur, verifica-se que existe uma ordem de importância nas rações distribuídas. A questão coloca-se em se determinar se tal facto reflecte uma hierarquia real do pessoal. Que fracção do pessoal do *Ekišnugal* representam as pessoas mencionadas?³⁰

Da análise podem-se agrupar em conjuntos os indivíduos segundo a importância da sua ração:

– dois indivíduos, o *gal-zu-ukkin-na* e o *zabar-dab* 5, recebem 60 litros cada.

A lista dá a sequência *zabbar-dab* / *gal-ukkin-na* / *gal-zu-ukkin-na*, num contexto que manifesta a existência de títulos áulicos: – *gal-zu-ukkin-na*, significa literalmente «sábio da assembleia» cujo equivalente em acádio é *rabi puḫri*, sendo um título raro.

O *gal-ukkin-na* será *muwirrum* em língua acádica. O estatuto do *zabar-dab* 5, por seu lado, é claramente uma função áulica, este aparece na documentação neosuméria como membro do grupo restrito que rodeava o rei. Admite-se a hipótese de se tratar de um militar de alta patente, possivelmente na origem o dignitário encarregue de levar a arma do monarca. Contudo, *zabbar* significa literalmente «bronze» e designa em sumério um copeiro. A importância do copeiro do rei ressalta na iconografia, em particular nas «cenar de representação» numerosas na época da terceira dinastia de Ur³¹. Existe, no entanto, um outro termo para designar um copeiro: *sagi* em sumério, *šâqûm* em acádio. Duas soluções são possíveis – admitir uma diferença de natureza entre as duas funções – *zabbar-dab* 5 e *sagi*. Pode considerar-se que o *zabbar-dab* 5 tinha antes de tudo o encargo da baixela real (ou divina nos templos). Ou estabelecer uma diferença hierárquica entre os títulos de *sagi* e *zabbar-dab* 5³². Qualquer que seja a natureza exacta deste cargo, interessa examinar a sua eventual pertença por parte do seu detentor, ao pessoal do *Ekišnugal*.

O *Zabardabbûm* é um alto funcionário da capital encarregue de colectar nas províncias o dinheiro do Novo Ano (*kasap zagnukkin*) devido ao palácio pelos agrupamentos locais de mercadores – *Kârum*.

Na opinião de Charpin, os autores, por vezes, são levados por uma homonímia, que os conduz a confundir duas realidades³³. Nalguns textos, não é fornecido o título do colectador – *mušaddinum*, o qual na Babilónia antiga não era um cargo de tempo integral. Por vezes *mušaddinum* aparece como um juiz.

²⁹ Ver DOMINIQUE CHARPIN, *o.c.*, p. 234.

³⁰ Cf. YOS, V, 163, Ver *ibidem*.

³¹ Cf. *ibid.*, p. 236. Cf. *ibid.*, pp. 236-237: «En bonne méthode on doit soigneusement distinguer le sens étymologique des titres des dignitaires auliques, des tâches qu'ils peuvent être amenés à accomplir en tant que proches du roi.

Le titre de *zabbar-dab* 5 existe également dans les cours divines. Ainsi, le sceau imprimé en UET V 124 comporte la légende: ^d ha-ia *zabar-dab* 5 d en-ki, 'Haya, *zabar-dab* 5, d'Enki' – Or, on trouve dans l'hymne à Haya UET VI 101 cette indication 1,28: 'il tient la sainte coupe (*zabar*) que réjouit le coeur et apaise l'esprit'. Le rapprochement de ces deux textes permet de voir le *zabbar-dab* 5 un échanton.»

³² Cf. *ibid.*, p. 237: «On connaît d'autre part un certain Papan-sen qui pourrait, si nous ne sommes pas victimes d'une homonymie, avoir été promu du rang de *sagi* à celui de *zabbar-dab* 5.»

³³ Ver M. Stol em «State and Private Business in the Land of Larsa», *JCS*, 34, 1982, pp. 152-154.

A colecta do Ano Novo era, por um lado, efectuada junto a vários mercadores e, por outro, também junto ao clero. Seria esta colecta, o imposto *igisûm*, igual ao *kasap zagmukkin*?

O imposto *igisûm* era uma taxa anual colectada aos mercadores e aos sacerdotes. Hipoteticamente, o *kasap zagmukkin* será outra forma de designar o mesmo imposto.

Segundo outro texto³⁴, demonstra-se que os purificadores, *išippu*, da deusa Urkî-tum em Kiš, eram contribuintes e depositavam a soma devida por um ano, ao *zabar-dab 5 Nabium-andasa*, o qual desempenhava a tarefa de colector.

Textos mais recentes, datados do reinado de Samsuditana, demonstram a pertença do *zabar-dab 5* ao pessoal do templo³⁵.

Na Babilónia antiga existia uma estreita ligação que unia os «serviços», militares ou não, e os impostos. Desta feita, segundo Charpin, o *zabardabbûm* não era um militar de alta patente nem um alto funcionário do palácio encarregue da colecta dos impostos. Etimologicamente trata-se de um copeiro. Uma tal função é atestada na época paleobabilónica, quer na realidade (corte do rei Andarig) quer na mitologia (corte do deus Enki).

Existia, por outro, um *zabar-dab 5* nos templos. O acaso da documentação faz com que este apareça ligado, essencialmente, à colecta do dinheiro devido pelos membros do clero a título de imposto. Tal colecta tinha lugar somente uma ou duas vezes por ano, podemos supor que ela visava o aprovisionamento da bebida servida à mesa do deus. Pois no primeiro milénio, o *lú zabar-dab 5-ba* é seguido por um cervejeiro, tanto na lista de Nabónido, como na lista do clero do Eanna. Tal proximidade não deverá ser somente um acaso. O *sanga* que se lhe segue é o responsável mais elevado da administração do templo.

Seguem-se, o *ša 13-dub-ba (šandabakkum)*, que era o contabilista e arquivista do templo, confiado tradicionalmente a um membro do colégio dos *gudapsûm* (título religioso); o *ab-(a-)ab-du (7) (ababdûm)*, administrador do templo no entanto, com um papel desconhecido. O *šita-èš*, espécie de purificador, portador de função religiosa evidente.

No caso dos intendententes, temos em primeiro lugar o *agrig*, controlador dos armazéns e aquele que sela a sua porta. O termo *kišib-gâl*, que parece ser equivalente ao *agrig*, era um título possuído por certas divindades do panteão de Eridu. O *kišibgallum* corresponde na tradição de Eridu à função denominada *agrig*. Os *Ka-zí-da (kassidakku)* eram os responsáveis das farinhas.

Šâ-tam (šatammum) só aparece em documentos administrativos, *šâ-tam* pode designar, por outro lado, um grupo de pessoas que têm um título e uma função precisas. O termo não significaria mais do que burocrata, responsável. Alguns textos mencionam os *šatammum* como os que se ocupavam dos cereais.

Nos templos de Ningal e de Nanna, estes apareciam como responsáveis do silo de cereais.

A *KA-ninda* era uma função de natureza bastante mal conhecida. Alguns autores propõem a designação de conselheiro. Contudo Charpin, ao examinar os Ur Excavations Texts, conclui que este será o responsável pelas entregas de pão, sendo um elemento essencial nos silos. O *kanindakkum* estava ligado à prática das oferendas.

³⁴ Ver YOS, 13, 331, Cf. DOMINIQUE CHARPIN, *o.c.*, p. 238.

³⁵ Ver *ibid.*, p. 239.

A documentação aponta para a existência de outros grupos, como os músicos e os cantores, no templo. Os músicos aparecem nos textos enquanto testemunhas de contratos, sem especificação do seu papel no templo. Quanto ao «chefe-cantor», sabe-se que existia apenas um por santuário, surgindo em alguns textos também como testemunha.

Os mais altos cargos administrativos são frequentemente citados, enquanto que as funções estritamente religiosas estão ausentes. Por outro lado, os cargos administrativos são facilmente definidos. Os cargos religiosos podem, pelo contrário, ter designações diversas para a mesma função.

A acumulação de um cargo administrativo com um religioso parece possível, porquanto um *šandabakkum* era escolhido no colégio dos *gudapsû*, conhecendo-se um *šita-èš* que também era um *gudapšûm*. Por seu turno, a distinção entre cargo religioso e doméstico nem sempre é fácil.

O varredor (*kisal-luh*), encarregue de velar pela propriedade do santuário, tem um papel que advém das actividades purificadoras. Também outras ocupações como a de cozinheiro (*engiz*), ocupam lugar de destaque no grupo dos purificadores do Ekiš-nugal.

As sacerdotisas

Conjuntamente, existia um corpo de sacerdotisas, que habitavam nos arredores do templo, hierarquizado em categorias.

A suprema sacerdotisa (em sumério *nindingirra* e em acádico *entu*) estava obrigada a não ter filhos, embora pudesse contrair matrimónio³⁶. Também as *naditu*, cuja categoria era inferior, tinham as mesmas obrigações³⁷. Estas sacerdotisas podiam pôr à disposição dos seus esposos, caso estes quisessem ter filhos, uma sacerdotisa de grau comum (*šugitu*) ou uma escrava, considerando-se tais filhos legítimos. Algumas das sacerdotisas de grau inferior estavam também encarregues da prostituição no templo³⁸.

A legislação apresenta algumas designações e enquadramento jurídico para as sacerdotisas, em especial o Código de Hammurabi³⁹.

As *naditu*⁴⁰ eram filhas de baixas famílias. A maternidade era-lhes interdita. Na idade de casar, entravam em comunidades (*gagû*) que podemos designar por «claustros» onde passavam toda a vida ligadas ao templo por laços pouco conhecidos. Não eram nem freiras nem sacerdotisas, mas sim mulheres de negócios que enriqueciam através da compra de casas e terras que alugavam para cultivo⁴¹.

Através do estudo das designações dos sacerdotes – *en* de alguns deuses, conseguiu-se elaborar uma lista donde se deduz uma série de afinidades e de incompatibilidades entre os estratos⁴².

³⁶ Ver JOSEF KLÍMA, *o.c.*, p. 173.

³⁷ Cf. JEAN GAUDEMET, *Institutions de l'Antiquité, Paris, Sirey, 1967*, p. 26.

³⁸ Cf. JOSEF KLÍMA, *o.c.*, p. 173. Ver GEORGE ROUX, *o.c.*, p. 191.

³⁹ Ver C. J. GADD, *o.c.*, p. 32.

⁴⁰ Cf. GEORGE ROUX, *o.c.*, p. 191: «Egalement «vouées» et «consacrées», mais dans un but diamétralement opposé, sont les *naditu* (littéralement «femmes en friches») dont un groupe – celui des *naditu* de Shamash à Sippar – a fait l'objet d'études approfondies.»

⁴¹ *Ibidem*. Cf. C. J. GADD, *o.c.*, p. 33.

⁴² Ver JOHANNES RENGGER, «Örtliche und Zeitliche Differenzen in der Struktur der Priesterschaft Babylonischer Tempel» em *Le Temple et le Culte*, Nederlands Historisch-Archeologisch Instituut Te Istanbul, 1975, p. 108.

Assim, as sacerdotisas *nin-dingir* serviam ou à divindade que estava no topo de um panteão local, quando se tratava de localidades pequenas, ou então, actuavam como sacerdotisas supremas para divindades de segunda categoria em localidades, onde já existia um sacerdote – *en* ou uma sacerdotisa – *en*⁴³.

Dentro do período babilónico antigo e durante bastante tempo, os sacerdotes supremos dos templos mais importantes foram os portadores dos títulos *en* e *nin-dingir*.

Existem «particularidades locais» de que se podem destacar a título exemplificativo que o *šita* estava condicionado a Ningal em Ur e ao templo de Šamaš Ebabbar em Larsa. Por seu turno, os sacerdotes *nu-èš* existiam em grande número para Enlil, Ninlil. Em tradições mais antigas, o *nu-èš* está frequentemente se bem que não exclusivamente ligado a Nippur e mais especificamente a Enlil.

Dentro de um lugar de culto havia consideráveis diferenças entre o templo principal e outros templos menos importantes. A principal é que nos templos grandes existia um número considerável de pequenas capelas ou santuários com os seus próprios sacerdotes. Como já foi mencionado, à frente do santuário principal dos centros de culto mais importantes do país havia um sacerdote – *en* ou uma sacerdotisa – *en*. Os templos importantes numa dessas cidades de culto tinham como sacerdotisa suprema uma *nin-dingir* ou menos frequentemente um *išib* como sacerdote supremo. Por seu lado, as duas categorias inferiores da hierarquia sacerdotal, o *gudu₄-abzu* e *šita*, são testemunhados só nos templos principais, que também tinham um sacerdote-*en* ou uma sacerdotisa – *en*⁴⁴.

Tabela de cargos
nos templos da Suméria e da Babilónia Antiga

Região	Funções sacerdotais	Funções administrativas	Funções domésticas
SUMÉRIA		Intendente geral: <i>Nubanda</i> Responsável pelas construções: <i>Agrip</i> Capatazes: <i>Maškim</i> <i>Ugulla</i> Capataz agrícola: <i>Uku.uš</i> Escriba: <i>Dubsar</i>	Empregados do templo: <i>Guruš</i> Servidores: <i>Igi-nu-dug</i> <i>Šublugal</i>

⁴³ Ver *ibid.*, p. 112.

⁴⁴ Ver *ibid.*, pp. 109-113.

Região	Funções sacerdotais	Funções administrativas	Funções domésticas
BABILÓNIA ANTIGA	Oficial principal: <i>Urigallu</i> Portador de oferendas: <i>Sangamakḫ</i> Máximo suplicante: <i>En</i> Sacerdotes: <i>Urigallu</i> <i>êrib bīti</i> <i>Šita</i> <i>Nu-èš</i> <i>Gudu₄-abzu</i> <i>Gudu₄</i> <i>Šuzbu</i> <i>Išibi</i> <i>Bušuma</i> Suma sacerdotisa: <i>Entu</i> Sacerdotisas: <i>Naditu</i> <i>Nin-dingir</i> Sacerdotisa de grau inferior: <i>Šugitu</i> Purificador: <i>Išippu</i>	Intermediário de comércio: <i>Tamkârum</i> Administrador do templo: <i>Sanga</i> <i>Ugula-é</i> Sábio da assembleia: <i>Gal-zu-ukkin-na</i> Dignitário portador da arma real: <i>Zabar-dab₅</i> Colector do Ano Novo: <i>Zabardabbûm</i> Juiz ou Colector a tempo parcial: <i>Mušaddinum</i>	Cozinheiro: <i>Muḫaldim</i> Porteiro: <i>I-duš</i> Limpador do pátio: <i>Kisal-luḫ</i> Copeiro: <i>Sagi / Šagûm</i>

O sistema de prebendas

As prebendas eram rendimentos ligados a um título eclesiástico. Sublinhe-se, contudo, como sua característica o facto de serem cargos divisíveis temporalmente e negociáveis, mais de acordo com a tradição assiriológica. A distinção entre pessoal administrativo, religioso ou doméstico passa por se saber se um cargo é transmissível intacto de pai para filho ou considerado negociável.

As fontes respeitantes às prebendas são múltiplas, provindo, antes de mais, dos contratos respeitantes à sua transmissão: vendas, herança, adopção, processos ou simples lista. Os casos mais numerosos respeitam os cargos de *gudu₄* (acádico = *paššum*)⁴⁵.

⁴⁵ Cf. JOHANNES RENGER, *o.c.*, p.110: «Im Rang folgen-als eine Art priesterlichen Mittelbaus – šita und *gudu₄* -abzu. Diese fungierten als Vorsteher den niederen Priester-klassen *nu-èš.gudu₄* und *šuzbu*. Von der let genannten Priestern sind die *gala*, gewöhnlich als? “klageliedsänger” übersetzt, mit ihrem Vorsteher, dem *gala-maḫ*, und die *nar*, “Musikanten”, zu trennen.»

Os usos, segundo os textos de Ur, distinguem bastante bem o título do possuidor de prebenda *gudu* 4 do nome da própria prebenda. Este é por vezes o abstracto *nam-gudu* 4, e mais frequentemente *mar-za* em acádico *paršum*⁴⁶.

Podem-se distinguir dois tipos de *gudu* 4: os que são designados pelo nome da divindade ao culto da qual estão ligados (ex: *gudu* 4 ^d*ba-wà*) e os que têm a cargo uma estátua ou um objecto cultural designado como tal.

Existem também prebendados encarregues da manutenção dos tronos consagrados nos templos pelos soberanos.

Contudo, as prebendas mais numerosas são aquelas simplesmente qualificadas pelo nome da divindade.

Podem ainda assinalar duas categorias de *gudu* 4, qualificadas por um lugar, a saber: os *gudu* 4-*abzu* e os *gudu* 4-*dub-lá-maḥ*. Embora existam numerosas referências quanto aos indivíduos portadores desses títulos, não se possuem, em contrapartida, contratos respeitantes a eventuais prebendas deste género, nem indicações acerca do fracionamento desses cargos no seu tempo. Parece, então, que não são prebendas mas cargos que se transmitiam intactos de pais para filhos e que não podiam ser negociáveis.

Existiam duas categorias de *gudapsû*: os que se unem em Nanna, os mais numerosos, e os que se reclamam de Enki-Eridu

Quanto às prebendas de *nam-šita* 4 e de *lú BAPPIR* (cervejeiro) dever-se-á dizer que se a segunda não apresenta alguma dificuldade, o mesmo não se pode dizer da primeira. Sublinhe-se, primeiramente, que *nam-šita* 4 aparece como um título usado por certos membros do clero do Ekišnugal.

Este título de *nam-šita* 4 corresponde a uma prebenda da qual vários contratos demonstram poder ser recebida em herança e também, ser vendida, alugada ou doada, operações que podiam dar lugar a contestações⁴⁷.

Usualmente propõem-se ver os *nam-šita* 4 como camareiros sagrados, os quais eram encarregues provavelmente de preparar o templo para as festas, ou mais precisamente a própria estátua para as cerimónias nas quais ela tomava parte.

Esta hipótese, apoia-se sobre a equivalência lexical que é necessário considerar, *šita* = *rankum*. Este termo, que significa «banheiro», designa com efeito uma certa espécie de sacerdote. Trata-se de uma equivalência que situaria os *nam-šita* 4 no círculo dos purificadores⁴⁸.

Por seu turno, o título de *lú BAPPIR* = *sirâšû* (cervejeiro), fora das ocorrências assinaladas não mais se encontra. A julgar pelo contexto, este deveria fazer parte do pessoal do templo de Ningal. As informações acerca dos varredores e dos porteiros, não são muito abundantes. Contudo, a sua associação é habitual nos santuários babilónicos, não existindo excepção para o templo de Ningal.

Qualquer que seja a natureza do cargo do possuidor, as prebendas caracterizam-se pela divisibilidade no tempo e alienabilidade.

A primeira dessas características é a consequência das sucessivas partilhas, já que os herdeiros dividiam entre eles o cargo do pai⁴⁹.

⁴⁶ D. CHARPIN emprega a expressão: «organisation du tour-de-rôle», para se referir à rotatividade dos cargos. Cf. DOMINIQUE CHARPIN, *o.c.*, p. 252.

⁴⁷ Ver *ibid.*, pp. 258-259.

⁴⁸ Cf. JOHANNES RENGER, *o.c.*, p.108: «Es ist dann sicher nicht zu vermesen, zwischen dem mušlahḥu genannten Beschwörungspriester und dem höchsten Priester des Enki, dem Gott, der in besonders inniger Weise mit Beschwörungspraktiken verbunden ist, einen Zusammenhang zu sehen.»

⁴⁹ Ver DOMINIQUE CHARPIN, *o. c.*, pp. 260-261.

A tendência de reforço da economia privada no começo da época paleobabilónica é testemunho da multiplicação de contratos respeitantes a terrenos e casas, desenvolveu-se igualmente no interior dos templos.

Esse movimento não afectou, todavia, todos os cargos: alguns permaneceram indissolúveis e inalienáveis, sem que se pudesse saber como se operou a repartição entre uma e outra das categorias. O resultado, após um século e meio de partilhas sucessivas foi a extrema parcelização das prebendas: quando vemos um indivíduo possuir 5 dias de serviço por ano no templo de Nanna, isso pode significar teoricamente que o cargo está preenchido o resto do ano por setenta e uma outras pessoas.

Naturalmente, tanto para os campos como para as casas, um tal fracionamento pode ser combatido através de remembramento.

A divisibilidade dos cargos tinha uma outra consequência, a saber: a possibilidade de possuir fracções de cargos diferentes.

O problema que se coloca, então, é o de saber como um indivíduo proprietário de várias prebendas era designado⁵⁰.

A administração do templo possuía a conta precisa da rotatividade do cargo, em sumério designado por *bal*. Contudo, não é claro o estatuto social da maior parte dos que detinham prebendas⁵¹.

Conclusão

Se em termos de construção ideológica ou de sistema de crenças como a mitologia ou a teologia estávamos, na Mesopotâmia antiga, perante um complexo mundo religioso, não menos complexo nos surge esse mundo em termos de organização do pessoal dos templos, tanto o cultural como o administrativo ou o doméstico. A multiplicidade de funções foi a base de uma forte hierarquização e estratificação sócio-funcional. Mesmo os rendimentos gerados pela actividade de culto, como as prebendas, alimentavam a proliferação de cargos e de novos indivíduos ligados à estrutura do santuário. Seguramente que em conjunto com a acumulação de terras e rebanhos, a estratificação funcional constituiu um aspecto que tornou os templos mesopotâmicos organizações marcantes na vida económica e social ao longo dos vários períodos históricos.

Siglas

JCS – *Journal of Cuneiform Studies*, New Haven.

UET – *Ur Excavations Texts*, Londres.

YOS – *Yale Oriental Series*, New Haven.

⁵⁰ Cf. *ibid.*, p. 262: «L'image du premier millénaire, où l'on a décrit le temple comme une sorte de société par actions aux mains des notables de la ville, doit-elle s'appliquer dès l'époque paléo-babylonienne? La documentation d'Ur ne permet pas d'en décider.»

⁵¹ Cf. UET, V, 875. Ver DOMINIQUE CHARPIN, *o. c.*, p. 263.